

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Representantes



Titular

José Marconi Medeiros de Souza

Vice-Presidente da CNC



Suplente

Antônio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (DE) da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 11 de março de 2021

A primeira reunião dos coordenadores da iniciativa privada e do setor público contou com a participação de 16 pessoas. Representando a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe), o coordenador-geral de Inteligência em Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade, Henrique Reichert, começou falando do marco legal do empreendedorismo. Ele lembrou que as entidades se engajaram para fazer a moção de apoio do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE) ao projeto de lei.

Segundo Reichert, aquele momento era importante para trocar ideias, para que houvesse a oportunidade de elaborar pautas conjuntas com o objetivo de gerar mais força nas iniciativas.

O CT2 – Acesso a Mercados anunciou o compartilhamento da coordenação pelo setor privado. O analista de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ronnie Pimentel, apresentou o coordenador de Serviços de Internacionalização na CNI Felipe Luís Spaniol, que já teve oportunidades anteriores de conhecer o trabalho do FPMPE. Spaniol se apresentou e falou um pouco das iniciativas da Confederação na área de comércio exterior em blockchain, diagnósticos para soluções, digitalização, entre outros temas.

O presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (Conampe) e do Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa (Monampe), Ercílio Santioni, anunciou a sua ida para o CT MEI, reforçando a importância para com o CT 1 – Racionalização Legal e Burocrática, que permanecerá sob a coordenação da Conampe. Ele reforçou a importância da participação das entidades no Comitê Temático (CT), ressaltando que recebeu as contribuições que as entidades enviaram para modificação da Lei Complementar (LC) nº 123/2006.

Santioni lembro que este plano de ação já vem de alguns anos, mas parece difícil de ser destravado porque, quando o trabalho chega ao Congresso Nacional, os deputados federais fazem outra leitura, uma vez que possuem entendimento diferente. Além disso, querem tornar pessoal o empenho de outros.

Mesmo assim, ele entende que o FPMPE deve insistir. A ideia é realizar outro Projeto de Lei, desmembrando o PL nº 558 para que os assuntos de interesse do Fórum possam ser votados em separado, conseguindo assim passar no plenário.

De acordo com Santioni, um PL com muitos artigos acaba demorando muito para ser votado, pois os legisladores ficam sem base para um entendimento maior e, por isso, não imprimem energia para a sua aprovação. E ele lembrou, mais uma vez, que os mesmos querem se apropriar da iniciativa, tornando-se protagonistas.

Para o presidente do Conampe, o PL poderia ser desmembrado em Sistema de Garantias (aqui, o Sebrae poderia entrar em ação), assim como poderiam ser feitas correções de certos artigos da LC nº 123 e, também, melhor distinção entre a Sociedade de Propósito Específico (SPE), sem te que criar uma nova lei, e as Centrais de Negócios.

Santioni entende que a legislação das Centrais de Negócios acaba com as SPE, cujo problemas são o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), as secretarias estaduais, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os próprios estados. Ele acredita que já seria um grande avanço o FPMPE não discutir o ICMS.

Cada CT fez um apanhado do que gostaria de trabalhar. No CT 2 – Acesso a Mercados, Ronnie Pimentel reforçou o interesse da CNI em tratar da inserção das micro e pequenas empresas (MPE) no comércio exterior, especialmente as industriais. Ele reiterou os eixos que ficaram definidos e precisam ser retomados, e um deles seria o drawback para as MPE. Para isso, seria interessante um posicionamento do Fórum.

Pimentel trouxe o tema Compras Governamentais como mais um dos assuntos que o CT poderá vir a trabalhar, reforçando o pedido para que as entidades façam pesquisas junto aos seus representados na área de comércio exterior, visando levantar gargalos que impedem a expansão dos negócios. Principalmente os problemas decorrentes da ação alfandegária. Também no comércio exterior, as MPE podem ampliar espaços atuando em market places.

No CT3 – Tecnologia & Inovação, o mote trabalhado é o da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Neste ponto, a diretora executiva da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje), Içara Moreira Bajadares, citou a parceria com a CNI sob a regulamentação em caráter temporário sobre a LGPD e, também, a necessidade de tratar as MPE diferenciadamente. Ela reforçou o posicionamento por mais simplificação da LGPD para as MPE, e o atual status da medida realizada pelas entidades parceiras no FPMPE é de aguardar resposta da ANPD. Há grande expectativa que isso venha acontecer até o fim de agosto.

Içara também falou dos trabalhos a serem propostos pelas entidades, como o marco legal para startups e a elaboração de uma cartilha do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sobre patentes.

Analista de Relações Institucionais da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Leonardo Reis manifestou a necessidade de as cooperativas e produtores rurais aproveitarem as oportunidades da LGPD.

O novo coordenador do CT 4 – Investimento, Financiamento e Crédito, Tarcisio Silva, reiterou o interesse em retomar as discussões sobre a cédula de crédito empresarial, instrumento criado pela LC nº 123/2006, mas que não avançou até hoje. Ele também citou a importância de o Pronampe se tornar uma política permanente. Com a transversalidade dos assuntos no FPMPE, Silva afirmou que o assunto Compras Públicas poderia retomar seu espaço no Fórum.

Mauro Leônidas, coordenador do CT 5 – Capacitação Empreendedora, disse que já enviou a sua pauta para a Coordenação do FPMPE. Nela, a ideia é difundir a educação empreendedora no País, levantando os estudos voltados para o mundo do trabalho. Nesse contexto, ele afirmou que seria importante ter a parceria do INPI para divulgar marcas e registros. Leônidas também confirmou a necessidade de os estados fazerem mapeamento a respeito do empreendedorismo nas escolas, para constituir uma base de dados. Isso aconteceria através de ofícios, e o Sebrae poderia ajudar bastante.

No CT 6 – MEI, Santioni retomou a palavra para reforçar a importância do papel dos fóruns estaduais. Ele afirmou que deseja fazer muitas ações em prol dos microempreendedores individuais, como diminuir a inadimplência; trabalhar com estatísticas; atualizar a LC nº 123/2006; criar uma rampa no Simples Nacional, no momento de arcar com a tributação, para o empresário que deixa de ser MEI e passa para microempresa; e voltar a fazer com que o Sebrae tenha assento no FMPE.

Antonio Everton, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e Leonardo Reis (OCB) passaram a compartilhar, desde a reunião ordinária anterior, a coordenação do CT – 7 Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPE.

Inicialmente, foi comentada a possibilidade de retomada ou não da criação de um decreto presidencial que possibilite estabelecer as ações do CT, no sentido de estabelecer uma política nacional para as MPE. O CT irá discutir se é possível que isso venha acontecer, porque depende do papel da Sempre, que preside o FPMPE.

Neste sentido, um passo interessante seria o de resgatar as ações que a Secretaria tem feito em favor das MPE. Aqui, o CT poderia examinar para definir uma prioridade das mesmas.

Ao longo do espaço dado ao CT 7, chegou-se à conclusão de que poderia ser uma boa medida atualizar o decreto presidencial da política nacional das MPE e, também, fazer com que o Sebrae utilize recursos de acordo com o que ficar definido na política nacional.